

Oficina nº 1: Territórios e desenvolvimento sustentável

I. Contexto

O **território** é uma noção complexa, fruto de uma superposição de diversas lógicas territoriais. Segundo H. Théry, as áreas protegidas são territórios que precisam ser articulados a outras lógicas territoriais.

A abordagem territorial permite essa articulação e facilita uma melhor redistribuição da renda, permitindo um desenvolvimento sustentável. O **melhor nível territorial** é aquele que permite aos atores locais serem responsáveis da gestão dos recursos naturais.

Dada a amplitude desta definição, esta abordagem contempla **vários tipos de territórios** : florestas, rios, bacias, cidades... Assim, constatamos que os atores **problemáticos são consideravelmente diversos** (conservação, desenvolvimento local...).

Brasil : Evolução para uma gestão territorial integrada e participativa das Áreas protegidas. Vontade de experimentar novas abordagens para integração das Áreas protegidas no contexto sócio-econômico.

Brasil : recentemente foi elaborada uma **lei relativa aos Consórcios de Municípios** e instrumentos adaptados a esse nível estão sendo desenvolvidos.

França : existem uma **gama variada de instrumentos de gestão territorial**, a integração das áreas protegidas dentro de sistemas de governança local e a promoção do desenvolvimento sustentável de projetos de território (Agenda 21 locais).

Cooperações existentes mas ainda muito limitadas nessa temática :

- Acordo entre os Ministérios do Meio Ambiente brasileiro e francês integrando uma parte sobre a gestão sustentável de Áreas protegidas (2004).
- Cooperação técnica entre a Federação dos Parques Naturais Regionais da França e o Brasil sobre a criação de um Parque Regional no Pantanal.
- Cooperação em curso de consolidação entre o estado de Amapá e a Guiana francesa.
- Algumas cooperações descentralizadas se abrem à dimensão territorial.

II. Constatações

Relativas ao contexto brasileiro e a Cooperação descentralizada franco-brasileira.

Dificuldades :

- Falta de articulação das políticas setoriais públicas e dos diferentes níveis de governo.
- Superposição dos papéis e das competências dos diferentes atores.
- Isolamento das áreas protegidas dentro do contexto sócio-econômico.

- Dificuldade para fazer das áreas protegidas uma vantagem para o desenvolvimento territorial sustentável.
- Dificuldade para dar continuidade as ações territoriais já que os mandatos políticos são curtos em relação à longa duração tempo do desenvolvimento territorial sustentável.

Forte vontade de ambos países para desenvolver as cooperações descentralizadas sobre a problemática territorial.

III Propostas

Eixos temáticos.

Construção de **sistemas de governança** integrando dimensões políticas (**contratualização**), sociais (**concertação**) e jurídicas (figuras jurídicas). Estes sistemas são apoiados por estruturas permanentes de animação de proximidade favorecendo a **concertação**.

Reforço da **capacitação** e do vínculo à **pesquisa** científica.

Definição dos **instrumentos** que favorecem um desenvolvimento sócio-econômico nas áreas protegidas. (Valorização dos recursos naturais, de produtos, desenvolvimento de um turismo equitativo, rotulagem...).

Desenvolver métodos que favorecem **mutualização de instrumentos** técnicos e tecnológicos (por exemplo de planejamento...) entre os atores para a gestão territorial.

Identificação dos **instrumentos e mecanismos financeiros** adequados a estas abordagens.

Desenvolver a gestão colaborativa das **zonas de fronteira** (Amapá - Guiana francesa).

Modalidades gerais de cooperação.

Implementar uma Comissão temática "territórios e desenvolvimento sustentável" integrada ao futuro Comitê Gestor binacional franco-brasileiro. Ela será responsável pela recepção e seleção de projetos de cooperação.

Constituir um grupo de especialistas técnicos representando os diferentes níveis territoriais em cada um de ambos países, interconetados pela internet.

Próximos passos.

Na França: confirmar os compromissos das Regiões, constituir um grupo de especialistas e fazer a vistoria dos instrumentos de gestão territorial (Regiões, Parques Naturais Regionais, "Pays", "Agglomérations"...).

No Brasil: constituir uma rede de especialistas e identificar os territórios pilotos.

Missão de expertise técnica francesa (julho/agosto 2006) com o objetivo de precisar as temáticas de cooperação e lançar a reflexão sobre os instrumentos a serem criados.

Seminário de balanço franco-brasileiro (final de 2006) sobre a temática "Territórios e desenvolvimento sustentável".